

# Trabalhadores no setor informal e esquemas contributivos de previdência social — o caso da Tanzânia

Flora Myamba, especialista em proteção social e de gênero

**O Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)** intitulado *Social Protection in East Africa: Harnessing the Future* (OCDE, 2017),<sup>1</sup> recentemente produzido pelo projeto Sistemas de Proteção Social da União Europeia (EU-SPS), destaca as baixas taxas de cobertura da proteção social no setor informal da África Oriental como um dos sete grandes desafios a serem enfrentados nos próximos 50 anos. Muitos países em desenvolvimento na África Subsaariana são pobres e vulneráveis há anos e com altas taxas de informalidade em seus mercados de trabalho: a maioria da população rural que pratica a agricultura e os pobres urbanos trabalham no setor informal. Os mecanismos de proteção social do setor público continuam fracos ou até mesmo inexistentes. Portanto, a obrigação de proteger a população de riscos e choques econômicos e sociais cabe às próprias famílias e às comunidades – principalmente às mulheres. Essa é a essência da proteção tradicional (e formal) na África Subsaariana: a percepção da qual tem sido usada para justificar os poucos recursos alocados ao setor em políticas e programas governamentais.

A economia informal está crescendo rapidamente, especialmente em regiões como a África Subsaariana, onde a expansão do mercado de trabalho formal enfrenta sérios desafios. Como assinalado pelo Relatório da OCDE (ibid.), a taxa de cobertura da previdência social para trabalhadores informais ainda é muito baixa, um fato estilizado que tem um viés de gênero, uma vez que a maioria das pessoas que trabalha no setor informal são mulheres.

De qualquer modo, ao longo da década passada, vários esforços foram feitos para ampliar a cobertura da previdência social para além dos trabalhadores do setor formal. Por exemplo, a Pensão Mbao para trabalhadores informais no Quênia e iniciativas de proteção social para trabalhadores na economia informal e rural (SPIREWORK) – incluindo uma no Zâmbia, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Governo da Finlândia, e uma iniciativa similar também apoiada pelo Governo da Finlândia, na Tanzânia. Ademais, no caso da Tanzânia, nos últimos cinco anos, todos os esquemas contributivos de pensão foram ampliados para cobrir também os trabalhadores informais por meio de contribuições voluntárias. Apesar desses esforços, as taxas de cobertura no setor informal permanecem muito baixas. Por que os trabalhadores nesse setor não se sentem motivados a contribuir com esquemas de previdência social?

Em um estudo recente, Makene et al. (no prelo) revelam que vários fatores dificultam a contribuição de trabalhadores, a maioria no setor informal, com esquemas de pensão na Tanzânia, enquanto o cadastramento de trabalhadores formais é realizado de forma quase automática, na contratação. Um dos fatores é a falta de conhecimento acerca da disponibilidade de planos contributivos voluntários e a elegibilidade de trabalhadores informais para tais esquemas. Em geral, as populações rurais agrícolas têm níveis educacionais baixos e acesso limitado à informação. Outro fator é a falta de processos simples e intuitivos para o registro e o pagamento de pensões – há uma falta de entendimento entre contribuintes em potencial acerca dos dados necessários para o cadastro, dados sobre os benefícios e níveis de contribuição ao longo do período, atendimento ao consumidor de baixa qualidade e os centros de cadastramento não se encontram perto das residências dos trabalhadores.

Certos trabalhadores sentem-se desestimulados pela baixa qualidade de vida dos aposentados, alguns desses ainda mais pobres e vulneráveis a choques do que antes de se aposentarem. Para a maioria, os níveis dos benefícios eram baixos demais para elevá-los de uma situação de pobreza. O fator final e mais importante foi o alto nível de pobreza, que parecia crescer para muitos com o tempo. Os participantes do estudo expressaram dificuldades com a contribuição regular, dado que eles não conseguiam nem mesmo garantir as próprias refeições diárias. Números crescentes de contribuintes inadimplentes continuam desafiando os esquemas. Na Tanzânia, muitos trabalhadores formais e informais – especialmente os jovens – concordam



com poderem sacar suas contribuições quando necessário. Essas opiniões naturalmente vão contra as políticas governamentais.

Enfrentar a informalidade em países em desenvolvimento certamente vai além de meramente desenhar produtos de seguro e cadastrar contribuintes. Evidências específicas a cada país devem informar e determinar as intervenções adequadas. Transformação estrutural e mudanças em comportamentos individuais são necessárias, e estratégias eficientes de comunicação e marketing deveriam ser parte do processo. Isso é fundamental, dadas a história e a cultura profundamente arraigada na longa tradição de proteção social (informal) na África Subsaariana. Por exemplo, por mais que os governos e outras partes interessadas percebam e temam os riscos resultantes da exclusão contínua dos trabalhadores informais que contribuem massivamente com a economia, as vítimas dessa exclusão podem considerar ainda mais arriscado investir o seu dinheiro e não conseguirem resgatá-lo quando necessário, especialmente quando essas pessoas podem não ser capazes de contribuir regularmente e, em alguns casos, correr o risco de perder a elegibilidade da pensão. É necessário um impulso adicional para os trabalhadores no setor informal mudarem suas opiniões e atitudes.

Os países da África Subsaariana necessitam de mecanismos de financiamento à proteção social que sejam sustentáveis e específicos ao contexto de cada país, com governos nacionais assumindo riscos maiores e eventualmente a totalidade das contribuições. Uma melhor geração interna de receitas e melhores estratégias de tributação são necessárias. Quando os cidadãos forem capazes de perceber resultados positivos no desenvolvimento como um resultado direto dos impostos, estarão dispostos a pagar mais impostos que irão, por sua vez, ser reinvestidos de maneira sustentável em suas comunidades. A proteção social é um direito de todos os trabalhadores e deveria ser capaz de fornecer segurança a curto e longo prazo para a população.

*Referências:*

MAKENE, F.; MYAMBA, F.; TIBANDEBAGE, P.; ISRAEL, C. "Old Age Income Protection for Formal and Informal Employees in Tanzania: Members and Non-members' Perspectives." No prelo.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Social Protection in East Africa: Harnessing the Future*. Paris: OECD Publishing, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264274228-en>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

*Nota:*

1. Veja um *webinar* sobre o relatório da OCDE (2017) e os comentários de Flora Myambe em: <<http://socialprotection.org/discover/publications/webinar-presentation-social-protection-east-africa-harnessing-future>>.